

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO E
DIRETOR(A) DO FORO.

Nome do servidor(a), brasileiro(a), estado civil, servidor(a) do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, ocupante do cargo de _____, lotado(a) nesta Comarca de _____, residente e domiciliado na _____, vem à digna presença de Vossa Excelência expor e ao final requerer, o que segue:

(Descrever os fatos)

Nesse sentido, o artigo 5º do Decreto Judiciário nº 1.141/2020, que regulamenta a Resolução CNJ nº 322, de 1º de junho de 2020 e dispõe sobre o retorno gradual das atividades forenses presenciais no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Goiás, elenca os servidores que poderão permanecer em regime de teletrabalho, senão vejamos:

Art. 5º Não atuarão de forma presencial os magistrados, servidores e estagiários que integram o grupo de risco, compreendido por gestantes, maiores de 60 anos de idade, portadores de doenças crônicas, imunossupressoras, respiratórias e outras com morbidades preexistentes que possam conduzir a um agravamento do estado geral de saúde a partir do contágio, com especial atenção para diabetes, tuberculose, doenças renais, HIV e infecções. Diante de todo o exposto, REQUER a Vossa Excelência, a permanência no regime de teletrabalho, para que possa exercer as funções apenas na modalidade home office, em razão de (colocar o motivo).

OBSERVAÇÃO: Juntar os documentos comprobatórios, tais como: atestado médico, relatório médico, certidão de nascimento do filho dentre outros.

Nestes termos pede deferimento.

Cidade, ____, de _____ de 2020.

Servidor(a)